Aspectos da questão regional nordestina

FRANCISCO ÉSIO DE SOUZA(*)

1 Breve Referencial

Esta é uma questão que me apraz abordar. E sempre que o faço experimento sensações, ora de alegria, ora de angústias, em função do olhar duplo com que sempre contemplo os fatos que me rodeiam. A questão regional me apaixona, me fascina, o que não significa dizer que a domino. Com ela me envolvi e para ela dediquei quase toda minha vida profissional.

Acostumei-me, então, a ver o Norte das Minas Gerais, o Meio-Norte do Maranhão ou outro pedaço de chão qualquer do Nordeste, com o mesmo sentimento e respeito que acalento ao ver Senador Sá, no Ceará. Contudo, reconheço que pouco fiz diante da magnitude da problemática e das exigências da demanda. Mas, como gostava de apregoar o saudoso confrade deste Instituto e Governador do Ceará, Virgílio Távora, "o inimigo do bom é o ótimo". Conforta-me!

Tratar a questão regional em apenas uma destas palestras do Instituto e esgotá-la, não constitui tarefa para o palestrante e acredito que para ninguém, mesmo sendo especialista em Nordeste.

O objetivo nesta tarde, além, naturalmente, de cumprir os Estatutos do Instituto, é ressuscitar o regionalismo brasileiro, tema tão esquecido nos últimos tempos e, quem sabe, despertar o interesse da massa crítica, desta Casa, para a valorização da temática, o que significa dizer pugnar, cada vez mais, pela inserção do Nordeste no esforço nacional.

(*) Sócio Efetivo do Instituto do Ceará.

Mas por que a questão regional?

Um amplo universo de indicadores socioeconômicos poder-se-ia requerer para justificá-la. Contudo, limitar-me-ei a quatro elementos.

Nas potencialidades econômicas de uma região que detém o quarto PIB da América Latina; a densidade populacional; as desigualdades sociais e, sobretudo, no significativo capital humano que esta casa entesoura e que, se potencializado, muito ajudará a inserção reclamada do Nordeste no esforço nacional.

Então, se à história compete nada inventar e sim registrar os fatos do passado tão fiéis tal como acontecidos e, ainda, podendo, às ocultas, influenciar-nos no presente, questiona-se:

Que erros ou omissões tão perversas cometeram nossos antepassados a nos imporem um quadro tão desconfortável, a perdurar por tanto tempo a modo de varar o recém-chegado século XXI? Desvendá-los é a questão e corrigi-los o desafio!

Mas que ações desenvolveu o Estado Nacional, numa perspectiva histórica, para corrigir as distorções espaciais, econômicas e sociais do semi-árido nordestino?

Numa visão simplista, ousei hierarquizar o esforço da administração brasileira, da Colônia à República, para com o regional, em quatro momentos bem distintos do "approach" do enfrentamento da problemática das secas. Enumeremo-lhes:

- I – A fase dos Socorros. – Comissões Científicas ou Pré-hidráulicas. Do povoamento à criação da IOCS, em 1909. Governo Nilo Peçanha. Fase caracterizada pela falta de uma estratégia definida e contínua em ajustar o meio ao homem ou este ao meio. Deixando o homem absolutamente exposto às asperezas do clima.
- II - A fase Hidráulica. Criação da Inspetoria de Obras Contra as Secas - 1909. Governo Nilo Peçanha a 1959.
- III - a fase do Planejamento. Da criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, 1959 - Governo Juscelino Kubistchek - à sua extinção, 2001- Governo Fernando Henrique Cardoso.
- IV – 2003. Recriação da SUDENE - Fome Zero? - Governo Luiz Inácio Lula da Silva. Aguardemos!

A primeira fase, a dos Socorros, já bastante estudada, até me inspirou escrever um romance, que intitulei "No Rastro do Boi", pela inquestionável importância da pecuária na ocupação econômica do semi-árido nordestino, e que, por sua vez, alimentou vigorosa indústria de carne-seca, a chamada de "Carne do Ceará", principalmente, no século XVII e primeira metade do século XVIII. Um livro que para escrever, além dos meus próprios conhecimentos da região, acudi-me, ainda, de outros, para melhor conhecê-la e reproduzir os cenários fitogeográfico, geoeconômico e econômico do Nordeste em seu tempo. O que, para tal, recorri a três importantes obras:

Através da Bahia - Viagem de von Spix e von Martius, de 1817 a 1820, de Manuel A. Pirajá da Silva; *A Terra e o Homem no Nordeste*, de Manuel Correia de Andrade, e *Formação Econômica do Brasil*, de Celso Furtado.

Servi-me delas, para identificar as hostilidades do meio físico, baseado na épica viagem, ao Brasil, dos dois naturalistas estrangeiros acima citados; de Manuel Correia de Andrade, para a identificação do traçado das rotas de penetração nos sertões nordestinos e, finalmente, nas relações econômicas, complementares, entre a Mata açucareira e o Sertão pastoreio, de Celso Furtado, respectivamente.

Mas recordemos a cronologia dos principais fatos desta fase:
- 1721 - 1727 – Dom João IV recomendou o plantio de mandioca nas áreas menos secas.
- 1776 - 1777 – A população humana foi reunida às margens dos rios. Assim nasceram ou se intensificaram cidades como Januária - MG, Juazeiro e Pilão Arcado - BA, Petrolina - PE, Penedo - AL, Açu - RN, Russas e Sobral - CE, entre outras.
- 1790 - 1793 – Criou-se a Fundação da Pia Sociedade Agrícola, para emprego de trabalhadores rurais.
- 1852 – Viagem do engenheiro alemão Guilherme Halfeld ao longo do Rio São Francisco.
- 1877-1879 – Comissão Barão de Capanema e Gonçalves Dias.
- 1904 – Governo Rodrigues Alves. Criaram-se as Comissões de Açudes e Irrigação, no Ceará, e Comissões de Estudos, Obras e Poços no Rio Grande do Norte.

- 1906 – As Comissões deram origem à Superintendência de Estudos e Obras contra as Secas. Governo Afonso Pena.

2 Enfoque Hidráulico 1909-1959

1909 – Criação da Inspetoria de Obras contra as Secas – Governo Nilo Peçanha. Francisco Sá, Ministro da Viação e Obras Públicas, e o Eng. Miguel Ribeiro Arrojado Lisboa, Inspetor das Secas.

1919 – Transformação da IOCS em IFOC – Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas – Governo Epitácio Pessoa.

Deixo, portanto, a fase dos "Socorros" para me fixar na fase Hidráulica, sobretudo no choque de obras provocado pelo governo Epitácio Pessoa, no período de 1919 a 1922. Sem omitir, contudo, os esforços do Imperador Dom Pedro II, na formação das "Comissões de Cientistas", como a da contratação do engenheiro alemão Guilherme Halfeld, em 1852, para que, ao vasculhar o "Velho Chico", de São Roque de Minas, no Parque Nacional da Serra da Canastra, até Piaçabuçu, em Alagoas, sugerir opções de forma duradoura para se conviver condignamente com o flagelo da seca.

O simbólico rio da integração nacional, esticando-se por dois mil e setecentos quilômetros, testemunhava riqueza e a miséria ao longo do percurso, dos hoje, quinhentos e três municípios de sua abrangente área de seiscentos e quarenta mil quilômetros quadrados de bacia, onde se assenta população de quatorze milhões de habitantes. O vazio de tecnologia capaz de vencer o desafiador relevo de 800 metros de altitude, da cretácea Chapada do Araripe, e saciar o Ceará sedento, tornou-se o bloqueio maior.

O Deputado Geral, cearense, Antônio Marcos de Macedo, desde 1847 lutava pela transposição do Rio São Francisco.

Todavia, a luta institucional organizada de combate às secas, deflagrou-se com o advento da Inspetoria de Obras Contra as Secas, criada em 21 de outubro de 1909, no Governo Nilo Peçanha, sob a inspiração do mineiro Dr. Francisco Sá, Ministro da Viação e Obras Públicas. O Engenheiro Miguel Arrojado Ribeiro Lisboa foi o primeiro Inspetor Geral da IOCS, permanecendo no cargo de 1909 até 1912.

Arrojado Lisboa arquitetou o mais consistente plano para levantamento do Nordeste, iniciando-se, assim, os estudos básicos de apoio ao desenvolvimento do semi-árido nordestino. Torná-lo economicamente viável e menos dependente às oscilações climáticas da região, eram seus objetivos. Os pressupostos de suas idéias foram enfeixados e expostos na célebre conferência, realizada por ele no Clube de Engenharia do Rio de Janeiro, em 28 de agosto de 1913, sob o título "O Problema das Secas".

À época governava o Brasil, Hermes da Fonseca, e dirigia a IOCS, o Eng. José Ayres de Souza, natural de Santana do Acaraú, no Ceará.

Mas o verdadeiro salto no que diz respeito ao tratamento do semi-árido na visão da sustentabilidade, viria em 1919, com a eleição do notável brasileiro, Epitácio Pessoa. Epitácio da Silva Pessoa, nascido em 1865, em Umbuzeiro, sertões paraibanos, e com base política na Paraíba, elegeu-se Presidente da República para o quadriênio 1919-1922. Então, passados os governos de Hermes da Fonseca, Wenceslau Brás, Rodrigues Alves (1918) e exaurida a interinidade de Delfim Moreira, assume Epitácio Pessoa, em 1919, no epicentro de uma das mais terríveis secas do século XX, no Nordeste, o "Dezenove", alimentada que foi pelos resquícios maléficos da inesquecível "Seca do Quinze". A IOCS é transformada em Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas, IFOCS, o Engenheiro José Luiz Mendes Diniz é nomeado o primeiro Inspetor Geral da IFOCS.

3 Epitácio e o Semi-Árido Nordestino

A IFOCS, como herdeira do patrimônio técnico-científico deixado por Arrojado Lisboa, e com o apoio político do Presidente paraibano, preparou o Plano de Socorro às Vitimas da Seca do Nordeste, submetendo à consideração do Presidente da República, que por vez, enviou-o ao Congresso Nacional. Iniciaram-se os debates.

As discussões, no Congresso Nacional, em torno do Plano de Epitácio ganhavam dimensão. Discussões calorosas! O questio-

namento da relação custo-benefício à conta das desconfianças que os adversários políticos do governo tinham em relação ao Nordeste, alcunhado como região problema, avultava-se. Mas, felizmente, foi defendida à altura pela base do Governo. Vejamos, a título de ilustração, alguns lances do debate. O Senador Coelho Lisboa, defendendo o Plano de Epitácio:

"Senhor Presidente da República, o Conselheiro Afonso Penna desviou verba – socorro público que devia levar o pão aos famintos, água aos sedentos dos campos dos sertões do norte, para a Exposição onde fazia a sua demonstração diária, naquela Cidade-Luz.

E o Deputado Otacílio de Albuquerque, relator do Projeto da Comissão de Estudos do Problema da Seca:

"Felizmente, a Presidência da República está nas mãos de um brasileiro de visão ampla, de um estadista de largo descortino, cheio de fé nos destinos de nosso País, cujos interesses prometeu servir com sinceridade e firmeza. Filho da região varrida, repetidas vezes, em intervalos variáveis pelo sopro da implacável desdita, o Dr. Epitácio Pessoa está aparelhado com o conhecimento direto e exato da intensidade do fenômeno e da extensão das necessidades do malsinado sertão, para agir resolutamente, estabilizando o solo onde nasceu uma população de mártires, em luta continuada com a natureza inclemente, mas ainda assim, sempre nobre nos atos de patriotismo e altivo na consciência de sua força, com parte integrante da comunhão brasileira".

Vejamos, ainda, o parecer do Deputado Ildefonso Albano, filho do Ceará, pronunciado em 11 de agosto de 1919:

"Hoje, com a eleição do ilustre Dr. Epitácio Pessoa, para Presidente da República, a situação mudou completamente. Filho do Nordeste, representando com grande brilho a Paraíba, Sua Exa. se tem dedicado com inteligência e capacidade ao estudo dos problemas dessa Região e os tem sabido defender serena e corajosamente". E concluiu o nobre Deputado cearense: "Por essas atitudes francas, pela sua ação desenvolvida sem desfalecimentos, pela sua retidão e alto prestígio, se tornou o Senador Epitácio Pessoa figura máxima dentre os políticos do Norte. Sua ascensão ao cargo presidencial era aspiração antiga do Nordeste, cujas populações

nele vêem um segundo Moisés, enviado por Deus para bater na rocha e dela tirar água para afogar o mal secular que as oprime e fazer do Nordeste brasileiro uma terra boa, uma terra fértil e abundante, de onde corram para todos os lados leite e mel."

E, finalmente, o parecer do relator da toda poderosa Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados, o ilustre engenheiro, político e professor da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, Deputado Sampaio Corrêa:

"Forçoso é reconhecer, portanto, que as relações percentuais acima indicadas muito devem impressionar àqueles que se quiserem impressionar com o estudo da influência econômica do Nordeste na comunhão brasileira, até porque elas põem a nu, a notável contribuição da zona flagelada, no consumo de produtos oriundos dos demais Estados da República. De tudo o que acaba de ser exposto, pode-se concluir que o Nordeste é capaz de certa produção, quer se considere a densidade da população que o habita, quer se atente à natureza de seu solo bastante fértil, ao menos em relação a alguns produtos de que carecemos, nós e os estrangeiros, e que não podemos dispensar à nossa própria economia interna. Que é uma zona de virtualidades econômicas incontestáveis, prova-o o que dela já se retira hoje, mas seu desenvolvimento acha-se à mercê da fatalidade de um fenômeno natural, cujas causas não podemos suprimir, mas cujos efeitos perniciosos podemos atenuar ou reduzir. Cumpre, portanto, pôr mão à obra, corajosamente, pois que a tanto permite a nossa situação financeira, passível, sem dúvida, de melhorar em curto prazo, desde que os poderes públicos queiram abordar o problema das finanças do País, como ele merece ser abordado. A questão da seca do Nordeste não é, pois, uma simples questão de caridade pública; o problema não impressiona somente pela sua magnitude, mas também pela importância econômica de que se reveste."

Feitas outras considerações naturais inerentes ao Nordeste, o relator concluiu o parecer, assim exposto:

"1) que o clima da Região, no tocante a precipitações pluviais, não é de ordem a condená-la ao abandono, já porque são raras, raríssimas mesmo, as secas prolongadas, já porque é bastante elevada a altura de chuvas caídas nos anos bons;

"2) que a natureza do solo também favorece, de um modo geral, à sua exploração agrícola, sobretudo com referência a determinados produtos que carecemos, seja para a nossa própria vida industrial, seja para atender às solicitações dos mercados estrangeiros;

"3) que o desenvolvimento econômico do Nordeste é, em conseqüência, passível de se realizar, desde que sejam evitadas as perturbações causadas pelas longas estiagens nos anos de forte precipitações pluviais e, muitas vezes, pelas secas de curta duração, de dois anos no máximo, mais freqüentes do que as de longa duração;

"4) que as grandes secas, excedentes de dois anos, podem ser também combatidas nos seus mais graves efeitos, senão por todas, ao menos por grande número de obras que houverem de ser construídas para atender aos casos mais freqüentes de manifestação do fenômeno meteorológico.

"5) que, assim sendo, cabe ao administrador público o dever de acudir a Região, utilizando, para isso, os recursos à sua disposição, mas proporcionando as obras e serviços a executar, segundo as condições de número e de cultura existentes na zona".

O Congresso Nacional da República Velha acabava de aprovar o mais consistente Plano de Socorro às Vitimas das Secas do Nordeste. O Governo, contrariando poderosas forças, às vezes do próprio Nordeste, iniciava a execução de obras de seu plano. Epitácio tinha compromisso com a terra que a viu nascer, Umbuzeiro, e de resto todo o Nordeste flagelado. O Nordeste era prioridade nacional. Estenderam-se as estradas de ferro, rasgaram-se as de rodagem. E barraram-se os rios e construíram-se os açudes, e assistência médica e sanitária às populações, prestaram. Ampliava-se a capacidade física do Nordeste para melhor acolher sua população e desenvolver-se. Empregavam o nordestino, preservando-lhes a dignidade. O Nordeste transformava-se num canteiro de obras.

Epitácio priorizava o Nordeste seco, especialmente a Paraíba, porque sempre via o Ceará como um Estado mais beneficiado do que ela. Inaugurava-se, assim, uma fase nunca dantes vista do

regionalismo brasileiro. Remonta desse período, o início e/ou a conclusão de grandes barragens no Nordeste, entre outras citemos, algumas por Estado:

Piauí – Campo Maior, em Campo Maior, e Caldeirão.

Ceará – Inicio do Orós; Tucunduba, em Senador Sá; Forquilha, em Sobral; Várzea da Volta, em Coreaú, e Rajada, em Itapipoca.

Rio Grande do Norte – Arapuá, em Luís Gomes, e Serra Negra, em Serra Negra do Norte.

Paraíba – Cedro II, em Princesa Isabel, e Dona Inês, em Bananeiras.

Pernambuco – Malhada do Rocha, em Caruaru.

Alagoas – Unidade de espaço dentro do polígono das secas.

Sergipe – Sem obras.

Bahia – Cariacá, em Monte Santo, e Riacho das Onças, em Queimadas.

Minas Gerais – Sem obras.

Não demorou tanto e já se via o Presidente acossado pelos adversários do seu Governo. Desalentado pela falta de solidarismo de seus concidadãos ou pela insensibilidade que os dominava, pronunciou histórico e emocionado discurso no Teatro Municipal de São Paulo, quando conclamava:

"Ide, os que combatem e malsinam o meu Governo; ide, penetrai naquela fornalha ardente; lançai às vistas sobre aqueles campos calcinados onde a vegetação feneceu sob a centelha comburente do sol impiedoso; ide, percorrei aqueles chapadões intérminos, onde o silêncio apavorante das quebradas é apenas interrompido, de longe, pelo mugido desesperado do boi; segui agora as estradas e vede aqui ossadas daqueles que não puderam fugir mais longe ao horroroso flagelo e tombaram, inanidos e moribundos, para servirem de pasto, ainda com vida, à voracidade das feras e das aves de presa, ide, e vede mais longe os que acabam de cair alucinados e arquejantes, e, olhos cravados na abóbada candente, numa última prece de compaixão e piedade, ou talvez, numa derradeira imprecação de desespero e de ânsia, aguardam, aniquilados e vencidos, o suplício dantesco dos que os precederam; ide, por fim, à fileira infinita dos que ainda podem

arrastar-se, andrajosos, esquálidos, a face decomposta, o olhar desvairado, sem forças mais para carregarem os pequeninos, sem gota de leite para lhes calar o choro triste, enfraquecido e compungente, com o estômago torturado, a contorcer-se na agonia da fome, a garganta em fogo a queimar no desespero da sede, alma despedaçada, o coração confrangido de luto, de desolação e de dor; ide, vede e dizei-me, depois, se eu estou ou se eu não estou redimindo um crime da Nação."

As palavras do Presidente calaram fundo, numa época em que a mídia pouco mostrava, e portanto, a eloqüência era a arma maior dos tribunos.

Depois de 84 anos do parecer do Deputado Otacílio de Albuquerque, relator da Comissão de Estudos do Problema da Seca, deduzo eu o palestrante. O relator, agora, acreditava que o flagelo da seca seria enfrentado com a magnitude e seriedade que o problema exigia. O Chefe da Nação revestia-se de valores para tal. A estatura moral e intelectual do Presidente, o conhecimento da realidade nordestina e, sobretudo, o compromisso de modificá-la faziam parte do seu ideário administrativo. O mesmo sentimento nutria Ildefonso Albano.

Contudo, ao palestrante, o que mais impressionou foi o parecer do Deputado Sampaio Correia. Ele avigorou-se nas potencialidades econômicas do Nordeste; na vulnerabilidade de seu processo produtivo; no acudimento social do peso da população humana e, sobretudo, nos papéis indutor e corregedor do Estado Nacional nas distorções econômicas, sociais e espacial da Nação.

O legislador, como um profeta, via além de seu tempo. Deixando de lado, acredito eu, a lógica de Einstein, excursionava, como Freud, no subconsciente das pessoas.

Abandonou o falso sentimentalismo da humanidade, sempre usado como escudo para os desafortunados, e apegou-se à consistência do argumento de base econômica, universal. Fortaleciam-se, assim, os passos iniciados, por Arrojado Lisboa, da ação preventiva de combate às secas. O discurso de Epitácio Pessoa apelava para o coração e o parecer de Sampaio Correia, para o bolso!

O período epitaciano foi pródigo para o Nordeste. Apegava-se à criação da infra-estrutura logística como indutora do desenvolvimento. Desgraçadamente, não continuada pelo seu sucessor, Artur Bernardes, que a desmantelou tal qual a fúria de um invasor.

Mas que lacunas expôs o plano de Epitácio na visão do palestrante? A ausência de esforços nos segmentos de educação e de tecnologia própria voltada para o semi-árido e nenhuma ação que redundasse no acesso à terra, além da já mencionada descontinuidade.

Nem mesmo Epitácio ensaiou mexer nesses dois grandes monstros sagrados da manutenção do "status quo" do poder no Nordeste. O Estado Nacional, à medida que incrementava a infra-estrutura necessária para a sustentabilidade econômico-social da região seca, sobretudo na questão hídrica, agudo fator de limitação do semi-árido, valorizava a propriedade, garantia a coexistência pacífica de afortunados e pobres num mesmo espaço físico, mas enrijecia a concentração da terra e cristalizava a pobreza.

A pobreza, sem acesso ao principal fator de produção da época, a terra, e sem acesso à educação, elitizada e distante, garroteava-se em ascender na escalada social. Concentrava-se, então, a pouca renda e mais se alargava o fosso de brasis diferentes. As marcas desse fosso socioeconômico, nos dia de hoje, de um lado, cognominaríamos de mundo dos desenvolvidos e, do outro, de subdesenvolvidos, ricos ou pobres ou globalmente de competitivos e não competitivos. Desgraçadamente, se estas desigualdades foram perversas no passado, as são acachapantes no presente. A população do Planeta Terra beira a cifra dos seis bilhões e duzentos milhões de pessoas, com cerca de 840 milhões abaixo da linha de pobreza absoluta. Mas o mundo inteiro, em todas as épocas, sempre contabilizou desigualdades de ricos e pobres, diríamos nós! Até mesmo a economia mais poderosa do mundo, a norte-americana de um PIB de 10 trilhões de dólares, registra ilhotas de pobreza. A diferença reside na dimensão da pobreza de um país desenvolvido frente aos subdesenvolvidos ou miseráveis como os países da África.

No Brasil, entenda-se mais o Nordeste, a pobreza é vista como um determinismo histórico dos desafortunados, como se a misé-

ria se multiplicasse obedecendo às leis falsas da geração espontânea em aprisionar suas vítimas numa teia de aranha onde é fácil cair, mas difícil de desvencilhar-se. E nunca vista como uma omissão da sociedade que, aparentemente manifesta piedade pelo próximo, mas, no íntimo, o despreza com o mesmo desdém do vencedor pelo vencido. E o pior: esses desníveis socioeconômicos nunca caminham sós, mas acompanhados por um séquito de malfeitores como o analfabetismo, a corrupção, a mortalidade infantil, o desemprego, a falta de renda, a fome, a desesperança de vida, a violência. A injustiça social formata as desigualdades, que geram os excluídos, que geram os violentos!

Então, parafraseando o pensador francês Paul Ricouer, saiu-se: "Do projeto educativo de Estado, tal como concebido por grandes pensadores como David Hume, Montesquieu e retornamos ao Estado de Hobbes, marcado pelo medo da morte violenta".

A estatística detecta e interpreta os universos de situações. A história, como nos diz Eric Hobsbawm, não pode inventar nada, e, sim, revelar o passado que controla o presente às ocultas, trazendo à tona fatos que muita gente faz questão de esquecer. Mas, a literatura, esta sim, desnuda os fatos, populariza-os e alardeia-os aos quatros cantos da terra! E foi assim que se operou o grande espetáculo de Victor Hugo, na França, e Charles Dickens, na Inglaterra, quando dispensaram um olhar diferenciado para a conjuntura de sua época e perceberam a dicotomia que separava os patrícios dos plebeus, os afortunados dos miseráveis.

O mesmo poder-se-ia dizer de Juan Rulfo, no México, Manuel Scorza, no Peru, Garcia Marquez, na Colômbia, Rachel de Queiroz ou Josué de Castro, no Brasil.

Todavia, esses iluminados pensadores, quando ousaram olhar a pobreza do mundo, o fizeram com um olhar tão penetrante, que não se limitaram a ver apenas as feridas do corpo, mas radiografaram a alma do pobre. Chocaram sua geração, incomodaram os reis, encantoaram a Igreja, mas denunciaram parte da miséria da humanidade!

O desabafo patético de Epitácio, invocando uma espécie de sentimentalismo num país fenotipicamente católico, por raízes

históricas, usava a bandeira dos flagelados para enraizar o poder da propriedade. Mas que saída teria ele numa situação de emergência? E olhando por esse ângulo, se visto somente como emergência, o futuro dos pobres dificilmente poder-se-ia deixar de sê-lo sombrio! Mas olhemos o Governo de Epitácio, no seu tempo. Num tempo em que a questão central que dominava o cenário nordestino era a escassez hídrica e a do mundo a reconstrução do pós-guerra.

O jurista e filósofo patrício, Miguel Reale, em artigo sob o título "Variações sobre a Prudência", publicado no jornal *O Estado de São Paulo*, de 19 de julho de 2003, analisando o comportamento do ser humano frente a situações bivalentes, é categórico em afirmar: "é, no entanto, a decisão nas ações de dupla valência que distingue os líderes verdadeiros. Na vida política há ocasiões em que o chefe de governo se vê na contingência de optar entre duas soluções, uma de omissão, outra de arriscada tomada de posição ditada por motivos de salvação pública. Não se diga que, nesse instante, ele põe a `prudência de lado, mas sim que a converte em razão de agir".

Epitácio agiu com determinação. Sua Excelência, o Presidente, enfrentou a incompreensão dos adversários políticos, dele e do Nordeste, com a postura de um estadista, como tal possuído de competência, virtude e capacidade de ação.

Os Reflexos do Passado.

Decorridos 97 anos da Independência ou 30 anos da República, com todo o esforço de Epitácio, o Nordeste guardava o mesmo arcabouço agrário ainda desenhado pela Coroa portuguesa. A terra continuava sendo explorada através de processos rudimentares das queimadas e de enxadas, como à época dos índios e apresilhada à mão de poucos afortunados católicos patrícios como à época das Sesmarias, com poucos ou sem nenhum avanço tecnológico para o domínio sustentável do semi-árido. E a Educação com estreito acesso aos plebeus, como pregava Richelieu, antes da Revolução Francesa, constitui o mais agudo dos fatores de limitação. A resultante da omissão da presença vigorosa dessas três vertentes do desenvolvimento, educação, tecnologia e acesso

à terra, nos planos de governos, antes e depois de Epitácio, foi desastrosa para o progresso da Região.

Senão vejamos os seus reclamos: O Mapa do Analfabetismo no Brasil, lançado, neste 2003, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), inventariou a situação educacional do País em todo o espaço nacional. Em seu mais que significativo universo pesquisado de todos os 5.561 municípios brasileiros, o estudo pinça os extremos das vinte comunidades com a maior taxa de analfabetismo, contra as vinte de maior índice. Não constitui nenhuma surpresa aparecer São João do Oeste, em Santa Catarina, com 0,9% de analfabetos, representando a melhor performance. E do lado oposto, Jordão, no Acre, a registrar a vergonhosa cifra de 60,7% de analfabetismo entre jovens e adultos com quinze anos ou mais. Dos vinte municípios citados com pior desempenho, oitenta por cento se encontram no Nordeste. E destes, trinta e cinco por cento concentrados no espaço físico do Estado do Piauí. O restante, espalhado por ordem decrescente, nos Estados da Paraíba, Alagoas, Maranhão, Pernambuco e Bahia.

A questão da terra não é nada diferente! E, sim, caracterizada pelas disparidades de desempenho da agricultura moderna, dos agronegócios competitivos das Regiões Sul e Centro Oeste do País versus, salvo exceções, a atrasada agricultura familiar de subsistência do Nordeste, descapitalizada, vulnerável às oscilações climáticas da Região.

Mas, se a questão educacional e fundiária não foram contempladas no plano de Epitácio, com a intensidade que a Região reclamava, o hídrico o foi com absoluto sucesso, sobrelevou-se, e até permitiu a habitabilidade no semi-árido como menos sacrifício do que dantes. Se com todo esse esforço acumulado, em plena vigência do começo do século XXI, a região ainda padece da falta d'água para complementar o abastecimento hídrico às populações humanas e de animais, atente-se à situação dos séculos XVII ou XVIII. Presentemente, somente o Estado do Ceará detém a capacidade de armazenar cerca de 12 milhões de metros cúbicos em seus reservatórios. E, ainda assim, acode-se dos conhecidos carros-pipa para atender às suas exigências em épocas de secas.

O Fórum Nacional das Águas, ocorrido neste 2003, em Poços de Caldas, no Brasil, estudando a problemática da água no Planeta, alerta:

"Os recursos hídricos no mundo, a cada dia que passa, vão se tornando um bem mais escasso, mormente, nestes últimos trinta anos, pondo por terra o mito da abundância de um recurso renovável". E, ainda, insiste o dito Fórum em artigo publicado pela *Revista Época* nº 267, de 30.6.2003: "No Brasil, que ainda vive sob a cultura da abundância, poucos sabem que o País detém cerca de 12% das reservas de água doce do Planeta, mas elas são extremamente mal distribuídas, com grande concentração na Amazônia. Os Estados da Paraíba e Pernambuco, por exemplo, sofrem problemas de abastecimento e as populações estão submetidas a rodízios de até 48 horas. Os dois Estados estão abaixo do índice 2,5 mil m^3/habitante ano, considerado o mínimo pelas Nações Unidas"

Todavia, o que pensam, sobre a temática da água, as pessoas que têm influência nas decisões do mundo contemporâneo? Koichiro Matsuura, diplomata japonês e diretor-geral da Unesco, reportando-se sobre a questão da água no Planeta, afirma: "É necessário criar uma nova cultura para o uso da água, que combine cuidado, economia e compartilhamento". E Michel Camdessus, ex-diretor-geral do FMI, comentando sobre o Fórum Mundial da Água, realizado no início da segunda quinzena de março de 2003, em Kioto: "O problema financeiro é muito importante, mas o da governança da água é mais importante ainda". O professor Ivanildo Hespanhol, diretor do Centro Internacional de Referência em Reúso da Água, é mais otimista, quando afirma que a água do planeta não se esgotará, desde que se atine para duas importantes vertentes, a da conservação e a do reúso.

Observe-se, então, que um assunto tão secular, entre nós, torna-se tão contemporâneo para o planeta nesse início de novo milênio. O problema caminha para o agravamento, se não dominarmos os desafios da tecnologia da conservação e do reúso da água como insiste, Hespanhol. Permita-se, todavia, que aconteça com a problemática da água o mesmo que se verificou com as

previsões da oferta de alimentos, quando Malthus, não apostando nas conquistas tecnológicas da engenharia agronômica, mormente, na revolução genética, no domínio da química dos solos e no controle de pragas e doenças das plantações, não previu as altas produtividades.

Mas voltemos à água! Não era, então, sem fundamento que a Paraíba e outros Estados do Nordeste questionassem, já no Dezenove, a vantagem do Ceará se beneficiar mais das obras da IFOCS.

Contudo, a decisão de implantar a obra hídrica, principalmente, o açude, não ficava restrita, exclusivamente, ao domínio da influência política, mas, sobretudo, às condicionantes geológicas. O Ceará e o Rio Grande do Norte e parte da Paraíba, assentados numa base de cristalino e, ainda, neste caso, favorecidos pelo runnolf, potencializavam-se para o barramento dos boqueirões. Enquanto o Piauí, Pernambuco e parte da Bahia, pela sua feição geológica de rochas sedimentares, vocacionavam-se para os poços profundos das águas subterrâneas

Eu sempre me perguntava, por que a região norte do Ceará, inclusive minha região de nascimento, tão bem dotada de grandes açudes, de ferrovias, e de portos, permanece atolada no marasmo do subdesenvolvimento? Acredito que, além da força política da zona norte, o próprio cenário físico da região tornava-se convidativo para a açudagem.

Mas, abdicando da macro política desenvolvimentista regional, pela micro, zonal, pergunta-se: que fatores tão fortes têm atuado ao longo dos tempos para bloquear o progresso da zona norte do Estado ou de outra de qualquer do Nordeste?

A busca da resposta induz-nos em aceitar que, se o fator hídrico é determinante para sobrevivência do biológico, contudo não dispensa a presença de outros fatores tão importantes como água, para que, atuando sinergicamente, ocorra o espetáculo do desenvolvimento econômico e social. Neste ponto, restringe-se o enfoque hidráulico e sobrepõe-se o do planejamento. Menos setorial, mas sistêmico, mais globalizante, mas não objeto desta palestra!

Feita uma pausa na questão da abordagem hidráulica, invoca-se o pensamento de Iain Pears, escritor britânico, autor do ro-

mance histórico, *O sonho de Cipião*, quando afirma que em momentos críticos da humanidade "o passado tem uma certa, mesmo que oculta, influência em nossa perspectiva, e portanto, em todas as nossas ações".

Entendo que aqui, neste ensaio analítico, comporta-se muito bem o tipo de lógica A omissão de ontem reflete no estádio de hoje. E assiste-se, desconfortavelmente, a mídia veicular com estardalhaços, os escândalos das desigualdades, da pobreza, do analfabetismo, das invasões!

Então, acrescentemos nós, não culpemos nosso atraso aos fatores geográficos, embora influentes, mas que não cunham nosso destino. Acredito, pois, oportuno, nesta palestra, expor o pensamento de Martin Wolf, Colunista do *Financial Time*, que ao analisar o Relatório do Índice de Desenvolvimento Humano, de 2003, referencial da qualidade de vida dos países, feito pelas Nações Unidas, concluiu, respaldado no dito Relatório. E diz: "com políticas adequadas, até mesmo as dificuldades impostas por mercados pequenos, solos pobres, ou flutuações climáticas podem ser superadas" .E ainda acrescenta o articulista: "Por razões não difíceis de entender, muitos dos países pobres do mundo são cronicamente mal governados". Então, *mutatis mutandis*, salvo períodos episódicos da escala temporal, o Nordeste nunca foi prioridade do Estado Nacional.

A dimensão continental do País com seus vazios demográficos e econômicos, alternativamente, permitia o arremesso, para bem longe, de nordestinos, sem terra, pobres, analfabetos, para a ocupação do território nacional, infelizmente, com um mínimo de condições e, conseqüentemente, sem dignidade. Era mais cômodo deixar o Nordeste esvair-se economicamente ou desvencilhar-se de sua população do que torná-lo sociologicamente civilizado. E, nessa linha de raciocínio, medravam teses exóticas e absurdas, até famosas pela sua ridicularidade, como a de Cincinato Braga que, em 1917, falando sem gracejo, apontava como solução para o problema do Nordeste seco, simplesmente esvaziá-lo. Mas não nos olvidemos em lutar pelo progresso do Nordeste e do Brasil.

Por fim, enfatizo que, ao longo desta modesta palestra, convivemos com fatos, onde a história nos revelou os acertos e erros

do passado, com o meio físico, onde a geografia pôs em relevo as modificações sofridas, no Nordeste, para melhor desempenho de suas atividades econômicas, como a fase hidráulica, tão oportunamente promovida pelo DNOCS, mas também expõe a degradação sofrida, E, finalmente, com a antropologia, com o homem pouco trabalhado, ainda rude, pouco sensível, sem ainda compreender que seu próprio destino depende mais de si do que dos outros!

Oportunamente, se Deus me permitir, voltarei a esta tribuna, a exemplo de hoje, para analisar ou comentar outro período também muito pró-ativo para o Nordeste, o da SUDENE. Que, por não sido tão distante de nós, acompanhamos, vivemos, uns até mais de perto, como eu e o nobre ex-Superintendente – Gen. Tácito Theofilo Gaspar de Oliveira, que por questões óbvias, mais nos identificamos com esse período. E que por certo, a todos, confortou-nos seus êxitos e, desgraçadamente, constrangeu-nos suas falhas residuais, porque em síntese, a história não contabilizará como obras do acaso, e sim como falhas do Nordeste.

Muito obrigado

(Palestra proferida por Francisco Ésio de Souza, no Instituto do Ceará, em 6 de outubro de 2003).